



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Indica ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, a elaboração de projeto de lei que disponha sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos, nos termos da minuta em anexo.</p> <p>O Parlamentar que a presente subscreve, na forma Regimental do Art. 146, VII c/c 188 do Regimento Interno, indica ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, a elaboração de projeto de lei que disponha sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos, nos termos da minuta em anexo.</p> <p>Em tempo, vale ressaltar que a presente Indicação tem por objetivo recomendar a tomada de providências ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, a fim de conceder direito ao auxílio funeral aos doadores de órgãos e tecidos, para que seja possível a realização de sepultamento digno aos que prestam este gesto solidário ao fim da vida, assim como incentivar o aumento do número de doadores de órgãos no Estado de Rondônia, com o propósito de atender pessoas que estão, em fila, aguardando por transplante de órgãos.</p> <p>Ademais, informa-se que a providência objeto desta proposição foi anteriormente indicada ao Poder Executivo, através da Indicação nº 3857/2021, que recomendou a elaboração de lei que tratasse sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos. No entanto, em resposta ao pleito, diante do encaminhamento realizado pela Casa Civil à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, esta última respondeu que a diligência indicada não poderia ser atendida por ela, por não terem na sua pasta de setoriais, qualquer serviço que se aproxime das características necessárias para o atendimento do pretendido, e sendo assim, sugeriram o direcionamento do assunto para a Secretaria Estadual da Assistência Social –</p>		


3

Processo nº 2783/2022





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>SEAS, com base no inciso VI do Art. 6 da Lei 8.742, em virtude da expertise da referida Secretaria em matéria de gestão de benefícios.</p> <p>Neste sentido, sabendo-se que é de competência privativa do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 39, § 1º, I, “d”, da Constituição Estadual, a iniciativa de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Órgãos do Poder Executivo. Assim como, é cediço destacar que compete privativamente ao Poder Executivo, conforme dispõe o art. 65, III, VII e XVIII, da Constituição Estadual, iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição do Estado, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei e, exercer a titularidade da iniciativa das leis previstas no art. 39, § 1º, da mesma Constituição, recomenda-se a elaboração de projeto de lei que disponha sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos, nos termos da minuta em anexo.</p> <p>Diante do exposto, pugna-se aos nobres Pares o apoio para o devido encaminhamento da presente Indicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 03 de fevereiro de 2022.</p> <p> ANDERSON PEREIRA Deputado Estadual – PROS</p>		





PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares, a presente proposição, com base no Art. 146, VII c/c 188 do Regimento Interno, tem como objetivo recomendar a elaboração de projeto de lei que disponha sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos, nos termos da minuta em anexo.

Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.

Em tempo, vale ressaltar que a presente Indicação tem por objetivo recomendar a tomada de providências ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, a fim de conceder direito ao auxílio funeral aos doadores de órgãos e tecidos, para que seja possível a realização de sepultamento digno aos que prestam este gesto solidário ao fim da vida, assim como incentivar o aumento do número de doadores de órgãos no Estado de Rondônia, com o propósito de atender pessoas que estão, em fila, aguardando por transplante de órgãos.

Ademais, é importante salientar a importância da doação de órgãos e tecidos, visto que este é um ato nobre, solidário e que pode determinar a sobrevivência de uma pessoa. Este nobre ato consiste na oferta, sem nenhum tipo de lucro, de alguma parte do corpo com o objetivo de ajudar outra pessoa que sofre com determinado problema de saúde e necessita de um transplante.

Assim, é fundamental que a população se conscientize acerca da importância de doar órgãos, pois este ato proporciona o prolongamento da expectativa de vida de pessoas que precisam de um transplante, permitindo o restabelecimento da saúde e, por consequência, a retomada das atividades normais.

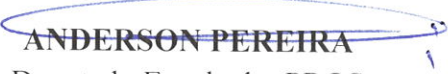




PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Deste modo, insta destacar que existem dois tipos de doações, as de órgãos (fígado, coração, pâncreas, rins, intestino e pulmão) e de tecidos (córneas, válvulas cardíacas, ossos, músculos, tendões, pele, veias e artérias), podendo ser realizadas após a morte ou até mesmo em vida, dependendo do órgão ou tecido doado.</p> <p>Igualmente, salienta-se que no Estado de Rondônia a central estadual de transplantes funciona no Hospital de Base Ary Pinheiro e conta com profissionais que realizam a busca ativa de doadores de órgãos na capital e no interior do Estado. As cirurgias de captação são realizadas no próprio hospital supracitados e os doadores são viabilizados nas cidades de Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena.</p> <p>A doação de órgãos e tecidos é um ato voluntário, mas que ajuda a salvar vidas de inúmeras pessoas diariamente, por este motivo salienta-se a importância do tema e da providência ora indicada, visto que se trata da garantia da saúde através de políticas de Estado, sendo este seu dever, conforme devidamente estabelecidos pelas Constituições Federal e do Estado de Rondônia.</p> <p>Ademais, informa-se que a providência objeto desta proposição foi anteriormente indicada ao Poder Executivo, através da Indicação nº 3857/2021, que recomendou a elaboração de lei que tratasse sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos. No entanto, em resposta ao pleito, diante do encaminhamento realizado pela Casa Civil à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, esta última respondeu que a diligência indicada não poderia ser atendida por ela, por não terem na sua pasta de setoriais, qualquer serviço que se aproxime das características necessárias para o atendimento do pretendido, e sendo assim, sugeriram o direcionamento do assunto para a Secretaria Estadual da Assistência Social – SEAS, com base no inciso VI do Art. 6 da Lei 8.742, em virtude da expertise da referida Secretaria em matéria de gestão de benefícios.</p> <p>Neste sentido, sabendo-se que é de competência privativa do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 39, § 1º, I, “d”, da Constituição Estadual, a iniciativa de leis que disponham</p>		





PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Órgãos do Poder Executivo. Assim como, é cediço destacar que compete privativamente ao Poder Executivo, conforme dispõe o art. 65, III, VII e XVIII, da Constituição Estadual, iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição do Estado, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei e, exercer a titularidade da iniciativa das leis previstas no art. 39, § 1º, da mesma Constituição, recomenda-se a elaboração de projeto de lei que disponha sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos, nos termos da minuta em anexo.</p> <p>Do exposto, pela importância do tema é que peço apoio aos nobres parlamentares ao encaminhamento da presente Indicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 03 de fevereiro de 2022.</p> <div style="text-align: center;"> ANDERSON PEREIRA Deputado Estadual – PROS</div>			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Dispõe sobre a concessão de auxílio funeral às famílias de doadores de órgãos e tecidos.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Esta lei dispõe sobre a concessão de auxílio funeral no valor de 3 (três) salários mínimos às famílias de doadores de órgãos e tecidos.</p> <p>§1º Para os efeitos do disposto no caput, o auxílio será pago, preferencialmente, ao cônjuge ou companheiro, e na sua ausência, ao filho maior de 18 (dezoito) anos, aos genitores da vítima, ou ao irmão ou irmã do doador.</p> <p>Art. 2º Fica dispensado do pagamento devido ao Serviço Funerário, composto de taxas e emolumentos fixados pela Administração Pública, e tarifas devidas pelos serviços executados pela autarquia com a realização de funeral, incluindo uma urna tipo ou modelo nº 2, remoção e transporte do corpo, taxas de velório e sepultamento, pessoa que tiver doado, por si ou por seus familiares ou responsáveis, seus órgãos corporais para fins de transplante médico.</p> <p>Art. 3º Feitas à doação e a comunicação nos termos do artigo anterior, a concessão do benefício da isenção dispensará comprovação do efetivo aproveitamento dos órgãos corporais doados.</p> <p>Art. 4º Quando o óbito vier a ocorrer em hospital ou posto da rede de saúde pública estadual, deverá a direção da entidade comunicar os benefícios da presente lei aos familiares ou responsáveis pelo “de cujus”.</p> <p>Art. 5º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.</p> <p>Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>		

